

Bolívia estatiza reserva e Petrobras corta US\$ 2 bi

Estatal já acionou seus advogados para entrar com processo de arbitragem internacional

**RICARDO REGO MONTEIRO E
SABRINA LORENZI***
RIO E PASADENA (EUA)

Ao anunciar ontem a nacionalização das reservas de petróleo e gás natural do país, o presidente da Bolívia, Evo Morales, deflagrou uma crise internacional que, entre outras conseqüências, provocará o que especialistas já classificam de "apagão do gás" no Brasil. Diante da decisão anunciada ontem, a Petrobras encaminhou propostas ao governo federal para desestimular o uso do insumo no País. O pacote de medidas, segundo especialistas, encarecerá o preço do gás e inclui a redução da carga de impostos incidente sobre a gasolina e o proporcional aumento da tributação sobre o gás natural.



AS MEDIDAS DE EVO MORALES

- Assinou "decreto supremo" que nacionaliza e dá ao Estado o "controle absoluto" de todos os hidrocarbonetos
- Empresas estrangeiras que operam na Bolívia deverão entregar toda sua produção a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB, estatal)
- Estrangeiras terão de regularizar seus atuais contratos em menos de 180 dias ou terão que sair do país
- Principais petrolíferas que operam na Bolívia são a brasileira Petrobras, a espanhola Repsol YPF, as britânicas British Gas e British Petroleum e a francesa Total
- Reservas bolivianas somam 48,7 trilhões de pés cúbicos de gás e são a segunda em importância do continente, depois das da Venezuela, que tem o triplo

O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, afirmou que a companhia "vai tomar todas as medidas possíveis" para reaver as reservas de gás natural que foram tomadas pelo governo boliviano. O executivo acionou os advogados da empresa para, se necessário, entrar com processo de arbitragem internacional, medida cogitada recentemente por todas as petroleiras atuantes na Bolívia, menos a Petrobras.

O diretor da Área Internacional da Petrobras, Nestor Cerveró, anunciou que a empresa suspenderá o programa de investimentos naquele país, de mais de US\$ 2 bilhões até 2010. Segundo o executivo, o mercado brasileiro terá garantido o abastecimento do insumo nos próximos anos, conforme previsto no contrato de importação pelo gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol).

Continua na página A-14

QUEBRA DE CONTRATO

Bolívia estatiza reserva e Petrobras...

Presença de tropas militares em campos e gasodutos preocupa executivos da estatal

RICARDO REGO MONTEIRO
SABRINA LORENZI*
RIO E PASADENA (EUA)

Continuação da página A-1

José Sérgio Gabrielli e outros diretores da Petrobras — que visitavam a refinaria de Pasadena, no Texas, depois de terem comparecido à Offshore Technology Conference (OTC), uma das principais feiras do mundo na área de petróleo em Houston, no

Texas — afirmaram que não esperavam tamanha dureza do governo boliviano. Até a publicação do decreto, eles mantinham expectativa em conseguir solução amigável para os dois países. “O governo tomou medida unilateral de forma nada amistosa que nos obriga a tomar cuidados”, afirmou o executivo.

Gabrielli se mostrou preocupado com a presença de tropas militares da Bolívia em campos, gasodutos, refinarias, e outras propriedades que o país vizinho resolveu controlar. Além das reservas de gás natural, o governo boliviano tomou para si todas as operações da cadeia de petróleo e combustíveis, inclusive o controle de gasodutos. O executivo chamou

atenção para a intervenção no Transredes, parte boliviana do Gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol). “Vamos fazer de tudo para manter as operações. Estamos falando de 50% do mercado brasileiro de gás natural.”

O executivo vai cobrar do governo boliviano contrapartidas pela nacionalização. “Temos um contrato.” O diretor internacional da Petrobras, Nestor Cerveró, afirmou que não está claro como haverá ressarcimento nem como o governo boliviano vai operar toda a cadeia de petróleo e gás. “Eles não têm pessoal para fazer tudo isso”, acrescentou o diretor de Abastecimento, Paulo Roberto da Costa.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), o Brasil im-

porta atualmente 25,8 milhões de metros cúbicos por dia de gás do país andino, por meio do gasoduto. A essa importação, equivalente a quase 50% do consumo nacional, soma-se uma produção líquida de 27,2 milhões de m³/dia. Pelo decreto, o governo boliviano se apropria das reservas das empresas estrangeiras e, na prática, as torna prestadoras de serviços da estatal YPFB.

Com a nacionalização, o governo terá que rever seu programa de geração energética. Segundo o diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, aumenta a fragilidade do sistema elétrico brasileiro e o país volta a viver sob o risco de um novo racionamento de energia elétrica.

Estatal sugere freio ao consumo de GNV

SABRINA LORENZI
HOUSTON (TEXAS, EUA)

A Petrobras sugeriu ao governo brasileiro frear a expansão do mercado de gás natural. A proposta é incentivar o consumo de derivados que o Brasil tem de sobra, como a gasolina, e evitar o crescimento do gás natural veicular (GNV). A sugestão foi feita semanas atrás, antes de o governo boliviano decretar a nacionalização das reservas de gás natural.

Uma idéia é reduzir a tributação da gasolina e aumentar os impostos sobre o gás natural. “Não tem o menor sentido subsidiar o GNV, produto que não temos em abundância, quando temos gasolina sobrando”, resume o diretor de Exploração e Produção da Petrobras, Gui-

lherme Estrella. O Brasil amargará déficit de 15 milhões de metros cúbicos diários de gás natural em 2010, se o ritmo de crescimento for mantido. A Petrobras estima que a demanda será de 115 milhões de metros cúbicos por dia, e a oferta, incluindo importação, será de 100 milhões de metros cúbicos diários. Cerca de 70 milhões poderão ser supridos pela produção nacional, que terá reforços da bacia de Santos. Outros 30 milhões de metros cúbicos deverão ser importados da Bolívia. A estatal começou a se movimentar para evitar o desequilíbrio entre oferta e demanda.

O País consome atualmente cerca de 50 milhões de metros cúbicos diários, dos quais metade é importada da Bolívia.

“Não tem como continuar crescendo a taxas atuais”, afirma o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli. Estimulada por preços mais baixos que os da gasolina, a demanda de GNV tem crescido em dois dígitos, entre 10% e 20% dependendo do estado.

Além de atacar o consumo, a Petrobras está buscando uma alternativa nova para aumentar a oferta. O gás natural liquefeito (GNL), que até então existia como estudo ainda distante na Petrobras, agora é citado com mais ênfase pelos executivos. O diretor da área Internacional da Petrobras, Nestor Cervero, revela que a estatal está fechando análises para implementar a tecnologia. E confirma que as duas plantas de regaseificação

poderão ser instaladas no Nordeste e no Rio de Janeiro. A Petrobras deverá fechar contratos mais expressivos de importação durante os períodos de menor consumo nos Estados Unidos, com preços mais baixos. Mesmo assim, o valor do GNL supera em cerca de 50% o preço do gás boliviano.

“A opção GNL não será com esse preço que está sendo praticado aí no mercado”, avalia Estrella. “Nosso papel é mostrar o que está acontecendo com o mercado, mas a decisão não é nossa. Quando se gera estímulo ao consumo de gás, há crescimento excessivo que o País não tem como atender”, faz coro Cervero.

A repórter viajou a convite da Petrobras.